



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Despesas de hemodiálise e doação e transplante de órgãos de cadáveres

Segundo as estatísticas sobre a saúde relativas ao ano de 2023 da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, Macau prestou tratamento de diálise a 129 859 pessoas, estimando-se que cerca de 832 pessoas estejam a ser submetidas a hemodiálise em Macau, três vezes por semana, de acordo com o serviço geral de hemodiálise. Embora o número total de pacientes tenha diminuído devido ao impacto da epidemia do novo tipo de coronavírus, na realidade, o número de pessoas com insuficiência renal tem vindo a aumentar anualmente. Em 2022, foram realizados 136 358 tratamentos de diálise (cerca de 874 pessoas), o que representa o 13.º ano consecutivo de aumento, 1,7 vezes mais do que em 2010. Para além disso, os doentes são cada vez mais jovens, e alguns doentes renais afirmam que, quando fazem hemodiálise, há doentes mais jovens com apenas cerca de 11 anos de idade.

Actualmente, a taxa de hemodiálise cobrada aos residentes de Macau no Centro Hospitalar Conde de S. Januário é de 700 patacas por cada consulta e no hospital privado atinge as 2 ou 3 mil patacas, portanto, tendo em consideração a realização de hemodiálise três vezes por semana, isso constitui uma grande pressão económica para os doentes e seus familiares. Nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 24/86/M (Acesso da população do território de Macau aos cuidados de saúde), são gratuitos “os cuidados prestados a indivíduos ou a famílias que se encontram em situação de ruptura social, determinante de incapacidade económica para a cobertura dos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

encargos”. No entanto, segundo alguns residentes, embora a lei não tenha sofrido alterações, nos últimos anos o Governo tem sido mais rigoroso na apreciação e autorização dos respectivos pedidos. Recebi também pedidos de apoio, em que as autoridades não autorizaram a respectiva assistência médica, alegando que o rendimento “per capita” e o património do agregado familiar do doente eram superiores aos critérios de carência económica definidos pelo Instituto de Acção Social (ou seja, o risco social, o depósito bancário e o limite máximo de dinheiro). Segundo vários residentes, o actual regime obriga os doentes crónicos a gastarem todas as suas poupanças para poderem usufruir de cuidados de saúde gratuitos, o que aumenta a pressão económica e o sentido de insegurança destes doentes, portanto, não se trata de um regime político saudável.

Para os pacientes com doenças renais, além de se usar o tratamento de hemodiálise para reduzir a deterioração da doença, o único tratamento radical é a realização de transplantes de órgãos. Em Macau, a doação e o transplante de órgãos ainda não estão a funcionar efectivamente, por isso, se os doentes renais pretenderem submeter-se a um transplante de rins, só podem contar com a doação por parte de familiares, mas o emparelhamento com sucesso não é fácil. E, se quiserem aguardar pela dádiva de órgãos do Interior da China, é necessário um custo elevado, que pode atingir centenas de milhares ou até milhões. No entanto, segundo o actual mecanismo de assistência médica de Macau, só a hemodiálise a longo prazo já dificulta a preparação dos pacientes para as despesas de substituição renal, e as esperanças de os pacientes poderem renascer são ainda mais baixas. Quanto aos doentes de Macau que não podem receber doações dos familiares e necessitam de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

aguardar pelos órgãos de cadáveres, é mesmo um desespero!

Macau já definiu a lei relativa à transplantação de órgãos humanos em 1996, mas só em 2016, vinte anos depois, é que a Comissão de Ética para as Ciências da Vida divulgou os critérios e regras de certificação da morte cerebral e as directrizes para a sua determinação, e as Orientações para as actividades de Colheita e Transplantação de Tecidos ou Órgãos de Origem Humana. Nesse mesmo ano, foi também efectuada a primeira cirurgia de transplantação de rim de um familiar vivo. Em 2018, o Governo lançou o regime de registo voluntário para doação de órgãos, mas não houve emparelhamento com sucesso nem cirurgia de transplantação de órgãos de cadáveres, nem tão-pouco foi apresentado qualquer plano de reforma específico. Não restam dúvidas de que, se o Governo não proceder a uma reforma, o “registo zero” sobre a transplantação de órgãos em Macau vai manter-se.

Segundo os operadores do respectivo sector, a doação de órgãos não está efectivamente implementada em Macau, devido, essencialmente, à falta de mecanismos para a sua execução, e de procedimentos de apreciação e aprovação. Por exemplo, na nossa vizinha Hong Kong, se as autoridades de saúde tiverem casos possíveis de morte cerebral, o médico responsável procede, conforme os procedimentos clínicos estabelecidos, ao respectivo exame, enquanto o pessoal de enfermagem consola os familiares do paciente. Depois de determinada a morte cerebral, o coordenador da doação de órgãos entra em contacto com os familiares e esclarece-os sobre os pormenores da doação, na expectativa de conseguir o seu consentimento. Em caso afirmativo, o hospital segue os procedimentos, verificando, clinicamente, a compatibilidade entre o doador e os pacientes em lista de espera para



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

o transplante de órgãos, a fim de o paciente receptor ser o mais apropriado e necessitado.

No ano passado, na resposta a uma interpelação oral minha, o Governo afirmou que, em 2016, os Serviços de Saúde tinham criado uma equipa de trabalho para o transplante de órgãos, responsável pela coordenação e acompanhamento de todo o processo de doação e transplante. No passado, foram contactados oito potenciais doadores que satisfaziam os critérios de diagnóstico de morte cerebral, mas nenhum deles obteve o consentimento dos familiares para a doação. O Governo não referiu nem as razões concretas nem as soluções para o problema, e até ao momento nada fez para melhorar a situação! Em Macau, apenas o Centro Hospitalar Conde de S. Januário está habilitado para a colheita e transplante de órgãos. No entanto, há dois anos, o Governo organizou uma visita ao “Hospital Peking Union das Ilhas” e verifiquei que o hospital tinha, claramente, criado uma “zona de enfermaria e uma de consulta externa do centro de transplante de órgãos”, o que significa que o novo hospital já se está a preparar bem para a prestação de serviços de transplante de órgãos no futuro, mas, até ao momento, ainda nada se viu.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Actualmente, os residentes de Macau precisam de, pelo menos, oito mil patacas por mês para fazer hemodiálise no Centro Hospitalar Conde de São Januário, que é o local onde as despesas são mais baixas. Neste momento, as doenças renais tendem a afectar pessoas cada vez mais jovens, o que constitui grande pressão económica para os doentes renais e suas famílias. De acordo com o Decreto-Lei n.º 24/86/M, os residentes com dificuldades económicas podem ter acesso a cuidados de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

saúde gratuitos, no entanto, segundo algumas opiniões, nos últimos anos, o Governo tem vindo a restringir a apreciação e a autorização dos pedidos, e o Instituto de Acção Social definiu os critérios de carência económica como critérios de apreciação. É de salientar que o Decreto-Lei n.º 24/86/M não define claramente os critérios de assistência médica. Os doentes que não conseguem substituir os rins têm de ser submetidos toda a vida a hemodiálise e, mesmo que queiram esperar pela dádiva de órgãos do Interior da China, têm de se preparar para pagar centenas de milhares de patacas, mas, de acordo com o actual rumo, isto é, “os doentes gastam todas as suas poupanças para poderem usufruir de cuidados de saúde gratuitos”, os doentes renais não conseguem ver a esperança de se livrar da hemodiálise. Com vista a assegurar o uso racional do erário público e a recuperar a esperança de os doentes renais se livrarem da hemodiálise, o Governo deve definir critérios justos, imparciais e transparentes para a concessão de assistência médica aos doentes que suportam diálise renal. Vai fazê-lo? Ou será que mais doentes crónicos vão ser integrados nos serviços de saúde gratuitos do Governo? Actualmente, as doenças incluídas nos cuidados de saúde gratuitos do Governo, independentemente da situação económica dos pacientes, são cancro, doenças infecto-contagiosas e doenças do foro psiquiátrico, mas as outras doenças crónicas, se os pacientes não tiverem idade superior a 65 anos nem dificuldades económicas, só podem ser tratadas a expensas próprias. Para além disso, já se passaram cerca de 40 anos desde a publicação do respectivo diploma legal, portanto, as despesas já não correspondem aos custos reais, e muitas tarifas e artigos já estão desactualizados. Quando é que o Governo vai rever os diplomas relativos à política geral de saúde e aos serviços de saúde, bem como proceder à respectiva consulta pública? Actualmente, as despesas anuais do Governo com a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

saúde atingem os 12 mil milhões de patacas, ou seja, cada residente investe, em média, cerca de 20 mil patacas, mas os cuidados de saúde prestados em Macau são principalmente, gratuitos, portanto, não conseguem dar resposta às necessidades decorrentes do desenvolvimento social e do envelhecimento da população. O Governo deve proceder, quanto antes, a uma avaliação global das políticas do sistema de saúde de Macau e do posicionamento dos serviços de saúde público e privado, e definir um regime de financiamento para a prestação de cuidados de saúde que corresponda às necessidades sociais e a um desenvolvimento sustentável. Vai fazê-lo?

2. O Governo da RAEM lançou, em 2018, o regime de registo voluntário para doação de órgãos, o qual foi lançado há pouco mais de dois meses e já conta com mais de 3000 inscritos. No entanto, até 17 de Janeiro de 2025, o número total de pessoas registadas para a doação de órgãos em Macau foi de 6342, representando apenas cerca de 1 por cento da população local, tendo somente 4322 concluído as formalidades presencialmente. Como as formalidades para o registo de doação de órgãos em Macau são complexas, muitas pessoas, mesmo após o registo, não chegam a deslocar-se ao local para tratar das formalidades. O Governo afirmou, publicamente, na Assembleia Legislativa, que ia ponderar sobre a utilização da “Conta única de acesso comum” para a prestação de serviços de registo e confirmação, então, quando é que esses serviços vão ser lançados? No ano passado, na resposta a uma interpelação oral minha, o Governo afirmou que os Serviços de Saúde tinham criado uma equipa de trabalho dedicada ao transplante de órgãos, responsável pela coordenação e acompanhamento de todo o processo de doação e transplante. No



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

entanto, não existem quaisquer informações públicas que esclareçam, claramente, o processo de doação e transplante de órgãos em Macau, o que não só afecta o direito à informação dos doadores e beneficiários, como também prejudica a divulgação do registo de doação de órgãos em Macau. O Governo deve divulgar, detalhadamente, na página electrónica sobre a doação de órgãos, o processo completo de doação e transplante de órgãos em Macau, bem como os respectivos procedimentos administrativos, o número de trabalhadores da referida equipa e os contactos com os familiares dos potenciais casos de doação de órgãos, com vista a que o público fique a conhecer claramente a situação, e incentivar mais pessoas a prestarem atenção e a apoiarem a doação de órgãos. O Governo vai fazer isto?

3. Segundo o Governo, no passado, Macau contactou com oito potenciais doadores que satisfaziam os critérios de diagnóstico de morte cerebral, mas nenhum deles obteve o consentimento dos familiares para a doação, e o sistema de doação de órgãos em Macau, desde o seu funcionamento há mais de seis anos até ao momento, continua com uma taxa de execução de “registo zero”. O Governo deve proceder a uma avaliação da situação dos casos registados no passado e apresentar medidas de melhoria específicas, bem como, ao funcionamento, de forma eficaz, do mecanismo de doação e transplante de órgãos, com vista a quebrar o “registo zero”. O Governo vai fazê-lo? Caso seja diagnosticada a morte cerebral num hospital fora do Centro Hospitalar Conde de São Januário, e estejam reunidas as condições para a doação de órgãos, o Governo dispõe de mecanismos de comunicação e coordenação viáveis para assegurar que o pessoal da equipa de trabalho possa contactar, por sua iniciativa, com os casos de outros hospitais? Em 2016, o Governo



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

afirmou publicamente que ia proceder a uma investigação sobre as necessidades dos doentes que estão a ser submetidos a hemodiálise, analisar as suas necessidades reais, proceder a uma avaliação clínica, analisar os dados sobre o estado de saúde e o tipo de sangue, e ordená-los de acordo com a idade e o referido estado de saúde. O registo encontra-se na base de dados de espera para transplantes de rins, tendo sido definidos critérios, a fim de avaliar os potenciais pacientes para transplantes de rins e determinar a ordem de espera. A base de dados de transplantes de Macau já está a ser aplicada de forma regular? Em caso afirmativo, qual é o ponto da situação?

17 de Janeiro de 2025

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lam U Tou